

Congresso quer patrocinar entendimento

Legislativo tenta ampliar seu espaço político e negociar com governo, empresários e sindicatos

TERESA CARDOSO

BRASÍLIA — Um mês depois de tomar posse em meio a uma crise de credibilidade — os próprios deputados e senadores reconheciam a imagem negativa do Legislativo —, o Congresso Nacional ampliou seu espaço político e agora já pretende tornar-se o foro do entendimento nacional. O primeiro passo concreto nessa direção deve ser dado na quarta-feira, quando líderes da Câmara dos Deputados e do Senado se reúnem com representantes dos empresários, das centrais sindicais e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

As negociações que levaram à aprovação do último pacote econômico, a votação do projeto de lei complementar que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias, a nomeação de uma comissão destinada a modernizar o Legislativo, o comparecimento maciço dos parlamentares às sessões do Senado e da Câmara — todos esses fatos são sinais de que as negociações políticas que hoje se processam nos gabinetes da equipe econômica podem mudar seu endereço para o Palácio do Congresso.

A CARA DO PAÍS

“Eu não sei se isso é melhor, não sei se vai dar certo, mas esgotadas todas as tentativas de acordo, o Legislativo é agora o único foro onde é possível o entendimento”, acredita o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC). Ele observa que os representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já freqüentam o Congresso mais assiduamente do que a Esplanada dos Ministérios.

“As pessoas estão descobrindo que isto aqui, mal ou bem, é o foro mais adequado”, diz Wedekin. Para ele, o Congresso “tem a cara da sociedade brasileira e funciona de acordo com as pressões que ela faz”.

Vários parlamentares se dizem convencidos de que a atual legislatura é muito promissora. Essa é uma das razões pelas quais o Congresso vive a expectativa de receber do Palácio do Planalto, nos próximos dias, um projeto de lei, e não mais uma medida provisória, que fi-

xe uma política salarial para o País e reordene as relações entre capital e trabalho.

“Vamos discutir esse projeto com todos os representantes da sociedade, a fim de ampliar a participação dos salários na renda nacional”, diz, otimista, o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE). Ele é um dos que mais trabalhou nos recentes acordos que permitiram a aprovação do último pacote econômico. “Acho que a partir do Congresso podemos construir um Brasil que não seja moderno apenas para poucos”, diz Sérgio Machado. “Finalmente, o Congresso está descobrindo que é um poder, e não um auxiliar do poder”, acrescenta Brandão Monteiro (PDT-RJ).

Defensor do fortalecimento do parlamento, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), já anunciou que antes de julho irão a plenário os 160 projetos de lei e de emenda constitucional que aguardam votação desde o ano passado.

VONTADE

Como parte da ofensiva para recuperar a credibilidade do Legislativo, a comissão nomeada para moralizar sua atuação pretende criar um programa de trabalho que integre os deputados o ano inteiro aos assuntos mais importantes do País. Com o fim do voto de liderança, outra meta da comissão, os parlamentares deverão garantir plenários lotados nos dias de votação.

Além de dispostos a mudar a rotina do Parlamento, os integrantes da nova legislatura parecem decididos a trabalhar mais e, também, a dialogar com o governo. Desde que chegaram a Brasília, deputados como Sérgio Machado, Carrion Júnior (PDT-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Clerot (PMDB-PB) participaram de mais de 15 reuniões, todas em torno de negociações com o governo. “O Congresso tem de funcionar com um muro e uma porta”, diz Mercadante. “O muro para barrar decisões arbitrárias do governo; a porta para conduzir os anseios da sociedade”.

A nova legislatura registra também o fortalecimento de parlamentares veteranos, como Ricardo Fiúza (PFL-PE), Generaldo Correia (PMDB-BA) e Humberto Souto (PFL-MG), que têm melhores condições de articular as bancadas e conduzir as negociações com o governo.



Luis Antônio/AE

Plenário da Câmara, durante votação do projeto das MPs: nova atitude perante o Executivo



Luis Antônio/AE

Freire (E), Cardoso Alves e Ibsen: exercício na negociação